


**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Ricardo Asabini Gallicchio Júnior

**ANÁLISE DA PREPARAÇÃO E DO EMPREGO DAS FRAÇÕES (PELOTÃO E
SUBUNIDADE) QUE PARTICIPARAM DA OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO NO
COMPLEXO DA MARÉ NO RIO DE JANEIRO**

**Resende
2022**

	APÊNDICE II AO ANEXO B (NITCC) ÀS DIRETRIZES PARA A GOVERNANÇA DA PESQUISA ACADÊMICA NA AMAN TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL	AMAN 2022
---	---	----------------------

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL

TÍTULO DO TRABALHO: ANÁLISE DA PREPARAÇÃO E DO EMPREGO DAS FRAÇÕES (PELOTÃO E SUBUNIDADE) QUE PARTICIPARAM DA OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO NO COMPLEXO DA MARÉ NO RIO DE JANEIRO

AUTOR: RICARDO ASABINI GALLICCHIO JÚNIOR

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.


Autorizo a Academia Militar das Agulhas Negras a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em revista técnica da Escola ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras.

Resende, 16 de junho de 2022


Assinatura do Cadete

Ricardo Asabini Gallicchio Júnior

ANÁLISE DA PREPARAÇÃO E DO EMPREGO DAS FRAÇÕES (PELOTÃO E SUBUNIDADE) QUE PARTICIPARAM DA OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO NO COMPLEXO DA MARÉ NO RIO DE JANEIRO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Cap Roberto Cavalcanti Ferreira

Resende
2022

Dados internacionais de catalogação na fonte

G168a GALLICCHIO JÚNIOR, Ricardo Asabini

A análise da preparação e do emprego das frações (pelotão e subunidade) que participaram da operação São Francisco no complexo da Maré no Rio de Janeiro. / Ricardo Asabini Gallicchio Júnior – Resende; 2022. 37 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Roberto Cavalcanti Ferreira
TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2022.

1.Operação 2.Maré 3.Pacificação 4.Intervenção I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Jurandi de Souza CRB-5/001879


Ricardo Asabini Gallicchio Júnior

ANÁLISE DA PREPARAÇÃO E DO EMPREGO DAS FRAÇÕES (PELOTÃO E SUBUNIDADE) QUE PARTICIPARAM DA OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO NO COMPLEXO DA MARÉ NO RIO DE JANEIRO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em 16 de junho de 2022.

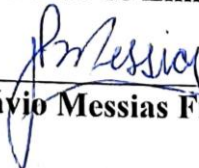
Banca examinadora:



Roberto Cavalcanti Ferreira - Cap
(Presidente/Orientador)



Willian Lucas José de Lima e Silva – 1º Ten



José Flávio Messias Filho – 1º Ten

Resende
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus e a Jesus Cristo, que me deram a luz e guiaram meu caminho até aqui, me fortalecendo em todas as dificuldades que passei. Também agradeço à minha família, em especial minha mãe Antonia Nanci Asabini Gallicchio, meu avô Salvatore Gallicchio e meu pai, Ricardo Asabini Gallicchio, que incansavelmente proporcionaram todas as condições necessárias para que eu chegasse até aqui. Sem eles, nada seria possível.

Por fim, agradeço a atenção e dedicação de meu orientador Cap Roberto, por se dispor integralmente para me ajudar, disponibilizando materiais e conhecimentos para enriquecer este trabalho, e que num momento onde alguns rejeitaram meu tema, ele me acolheu e acreditou em mim.

RESUMO

ANÁLISE DA PREPARAÇÃO E DO EMPREGO DAS FRAÇÕES (PELOTÃO E SUBUNIDADE) QUE PARTICIPARAM DA OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO NO COMPLEXO DA MARÉ NO RIO DE JANEIRO

AUTOR: Ricardo Asabini Gallicchio Júnior
ORIENTADOR: Roberto Cavalcanti Ferreira

Os problemas crescentes de segurança pública no Brasil têm feito com que as Operações de Garantia da Lei e da Ordem sejam frequentes, tornando-se a maior tendência de emprego das Forças Armadas atualmente. A cidade do Rio de Janeiro, em particular, possui em sua história atual diversos episódios em que foi demandada a intervenção das Forças Armadas para pacificar comunidades dominadas pelo crime organizado. Essas operações, como foi o caso da Operação São Francisco, desencadeada em 2014 para a pacificação do Complexo da Maré, possuem características peculiares que exigem um adestramento adequado para a boa atuação da tropa. O ambiente operacional, a força adversa a ser enfrentada e o contato constante com a população civil, exigem competências que incluem as diversas TTP's de combate em ambiente urbano e um grande domínio e compreensão das regras de engajamento, tipos penais e do amparo jurídico, por se caracterizar como uma operação de “não guerra”. Este trabalho analisou como foi a preparação das frações que participaram da Operação São Francisco e como foi o emprego dessas frações, observando pontos fortes, deficiências, o legado deixado pela operação e experiências de militares que estavam na “ponta da lança” durante o combate.

Palavras-chave: Operação, Maré, Pacificação, Intervenção.

ABSTRACT

ANALYSIS OF THE PREPARATION AND EMPLOYMENT OF THE FRACTIONS (PLATOON AND SUB-UNIT) THAT PARTICIPATED IN THE SÃO FRANCISCO OPERATION IN THE MARÉ COMPLEX IN RIO DE JANEIRO

AUTHOR: Ricardo Asabini Gallicchio Júnior
ADVISOR: Roberto Cavalcanti Ferreira

The growing problems of public security in Brazil have made Law and Order Assurance Operations frequent, becoming the biggest employment trend of the Armed Forces today. The city of Rio de Janeiro, in particular, has in its current history several episodes in which the intervention of the Armed Forces was demanded to pacify communities dominated by organized crime. These operations, as was the case of Operation São Francisco, launched in 2014 for the pacification of Maré Complex, have peculiar characteristics that require adequate training for the good performance of the troop. The operational environment, the adverse force to be faced and the constant contact with the civilian population, require skills that include the various TTP's of combat in an urban environment and a great mastery and understanding of the rules of engagement, criminal types and legal support. , as it is characterized as a “non-war” operation. This work analyzed how the preparation of the fractions that participated in Operation São Francisco was and how the use of these fractions was, observing strengths, deficiencies, the legacy left by the operation and experiences of soldiers who were at the "tip of the spear" during the combat.

Keywords: Operation, Maré, Pacification, Intervention

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Complexo da Maré.....	13
Figura 2 – Tropa em Patrulhamento a pé	15
Figura 3 – Cb Michel Augusto Mikami	16
Figura 4 – Militares durante o Estágio Geral de Operações de Garantia da Lei e da Ordem...	20

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Instruções preparatórias/niveladoras para a Operação São Francisco.....	25
Gráfico 2 - Carga horária das instruções para a Operação São Francisco.....	26
Gráfico 3 - Instruções desenvolvidas.....	27
Gráfico 4 - Meios disponíveis para as instruções	28
Gráfico 5 - Carga horária de instruções de Legislação, Tipos penais e ROE.....	29
Gráfico 6 - Instruções prévias de emprego em GLO	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A GLO	Área de Garantia da Lei e da Ordem
ADA	Amigo dos Amigos
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
APOP	Agente Perturbador da Ordem Pública
CIOpGLO	Centro de Instrução de Operações de Garantia da Lei e da Ordem
CIOU	Centro de Instrução de Operações Urbanas
CTTEP	Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional
CV	Comando Vermelho
DPKO	<i>Department of Peacekeeping Operations</i>
EEI	Elementos Essenciais de Inteligencia
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
FA	Forças Armadas
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
IESEP	Instituto de Educação Superior, de Extensão e de Pesquisa
IGTAEx	Instruções Gerais de Tiro com Armamento do Exército
IIB	Instrução Individual Básica
IIQ	Instrução Individual de Qualificação
LC	Lei Complementar
OMD	Observação, Memorização e Descrição
ONU	Organização das Nações Unidas
OpGLO	Operações de Garantia da Lei e da Ordem
PP-CTTEP	Programa Padrão de Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional
PPA-GLO	Programa Padrão de Adestramento em Garantia da Lei e da Ordem
SIMEB	Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro
TC	Terceiro Comando
TTP	Técnicas Táticas e Procedimentos
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
VBTP	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	OBJETIVOS	11
1.1.1	Objetivo Geral	11
1.1.2	Objetivos Específicos	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (OpGLO)	12
2.2	OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO	13
2.3	TREINAMENTO PARA AS OPERAÇÕES GLO	17
2.3.1	Instrução de GLO para o Efetivo Variável	17
2.3.2	Instrução de GLO para o Efetivo Profissional	18
3	REFERENCIAL METODOLÓGICO	23
3.1	TIPO DE PESQUISA	23
3.2	MÉTODO	23
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	33
	APÊNDICE A	36
	APÊNDICE B	38

1 INTRODUÇÃO

Em tempo de paz, o Exército Brasileiro não fica “acomodado” à espera da eclosão de um novo conflito armado de caráter internacional como foram as duas grandes guerras. Além do constante adestramento da tropa, a Força Terrestre tem sido empregada para cumprir uma de suas missões constitucionais, que é, de acordo com o Art.142. da Constituição Federal (CF) de 1988, em seu *caput*, a Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Nesse contexto, o emprego do Exército Brasileiro em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (OpGLO) tem ganhado uma atenção maior recentemente e se tornado comum, devido às crises no setor de segurança pública dos Estados da Federação. Os exemplos mais recentes desse tipo de operação foram as operações para pacificar diversas comunidades da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para a Operação Arcanjo, de novembro de 2010 a junho de 2012 e a Operação São Francisco, de abril de 2014 a junho de 2015.

Assim, o foco do estudo será em como foi a preparação e o emprego da Força Terrestre na Operação São Francisco, que teve como objetivo principal pacificar o Complexo da Maré, área complexa, dominada pelo tráfico de drogas, com elevados índices de criminalidade. Além da preparação e o emprego, deve-se ser levantada a questão referente ao legado deixado por esta operação às operações de pacificação subsequentes.

Tendo por base os questionamentos propostos anteriormente, o trabalho irá buscar explorar a preparação da tropa para este tipo de operação e seu emprego, sendo um conhecimento de suma importância no cenário atual, interessando todos os escalões e as escolas de formação, como a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) que preparará o futuro comandante de pequenas frações, o qual será empregado em tais operações.

Deve-se ressaltar ainda, além do preparo técnico relativo às Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) específicas para aquele teatro de operações, o preparo jurídico que cada militar deve ter em sua plenitude. É essencial que todos os militares empregados em Operações de Garantia da Lei e da Ordem conheçam detalhadamente todos os aspectos legais que direcionam e limitam a atuação da tropa, além de ter plena ciência da grande relevância dessas atividades para a sociedade (MORAES, 2018).

O domínio desses pilares, TTP e conhecimento dos aspectos legais, fará com que o militar tenha êxito em suas ações, sendo preciso, incisivo e respaldado, sabendo lidar com as mais variadas situações que irão envolver criminosos e a população local, mantendo a excelência das ações do Exército Brasileiro, instituição com o maior índice de credibilidade perante a sociedade.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar como foi a preparação e o emprego dos pelotões e subunidades na Operação São Francisco para a pacificação do Complexo da Maré no Rio de Janeiro.

1.1.2 Objetivos específicos

Analisar qual deve ser a preparação adequada no que tange às TTP`s e ao conhecimento jurídico para Operações de Garantia da Lei e da Ordem;

Analisar a preparação e o emprego dos pelotões e subunidades na Operação São Francisco, focando na aplicação das TTP`s, e do conhecimento jurídico adquirido no adestramento da tropa;

Analisar qual o legado deixado pela Operação São Francisco.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (Op GLO)

As tropas do Exército Brasileiro tem seu emprego fundamentado pelo artigo 142 da Constituição Federal (CF) de 1988, o qual diz que as Forças Armadas são instituições permanentes e regulares baseadas na hierarquia e disciplina e estão sob a autoridade suprema do Presidente da República, tendo como missão a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem (BRASIL,1988).

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO), podem ser desencadeadas em ambiente rural ou urbano, sendo de caráter temporário. Quando os instrumentos previstos no Art.144 da Constituição Federal de 1988, que definem os órgãos encarregados pela segurança pública são decretados como indisponíveis, insuficientes ou inexistentes, há uma solicitação de apoio por meio do governador do Estado ao Presidente da República, e este, aciona as Forças Armadas por meio de um decreto (BRASIL,2018).

O emprego das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem fica amparado além do Art.142 da Constituição Federal de 1988, pela Lei Complementar (LC) nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela LC nº 117, de 2 de setembro de 2004; LC nº 136, de 25 de agosto de 2010 e pelo Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001. O referido decreto diz que pode haver a situação de emprego conjunto das Forças Armadas com uma determinada Polícia Militar, desde que haja anuência do Governador do Estado. Nesta ocasião, a força policial atuará parcial ou totalmente sob o controle operacional do Comando Militar responsável pelas operações (MORAES, 2018).

As Operações GLO caracterizam-se por serem operações que ocorrem em situação de não guerra, pois não envolvem o combate propriamente dito, embora tenha a existência do poder militar, o qual é usado de forma limitada em circunstâncias especiais. Outras características são as ações descentralizadas, devido a necessidade de presença da tropa em toda a Área de Garantia da Lei e da Ordem (A GLO), atendendo ao princípio da dissuasão, a complexidade situacional, devido às grandes dificuldades da tropa, como por exemplo, a identificação e definição de ameaças (concretas ou potenciais) e por último, a prevalência das operações em áreas edificadas (BRASIL,2018).

Compreender a população local é uma ação fundamental nas Operações GLO. A análise da cultura e as maneiras de pensar e agir dos diversos grupos sociais e a dimensão humana, irão mostrar os motivos e as intenções desses grupos e pessoas no ambiente

operacional, a forma com que poderão interferir nas operações com suas atividades, as ações a serem realizadas em relação à população e o apoio porventura prestado aos diversos atores presentes (BRASIL 2018).

Ainda nesse viés, a garantia de um ambiente seguro, a boa comunicação entre o componente militar e a população, a atitude correta da tropa e o incremento dos serviços essenciais e de infraestrutura são de fundamental importância para se conseguir o apoio dos habitantes locais. Conquistar corações e mentes é fator primordial para o sucesso das Operações GLO, e com isso, o grau de satisfação da população é um excelente indicador para a mensuração do êxito nessas operações (BRASIL,2018).

Nas Operações GLO são consideradas ameaças os atos ou tentativas que são potencialmente capazes de comprometer a preservação da ordem pública ou ameaçar a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Tais ameaças são causadas pelos Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP), que são pessoas ou grupos de pessoas que se confundem com a população local, porém sua atuação compromete a preservação da ordem pública e ameaça a incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL,2014).

2.2 OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO

A região em que se está localizado o Complexo da Maré é muito importante na cidade do Rio de Janeiro. Possui uma faixa litorânea da Baía de Guanabara e as três principais vias que interligam a cidade, Av Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela, o que dá enorme valor estratégico à região pelo fácil escoamento para as demais regiões da cidade (NAVROSKI, 2019).

Figura 1- Complexo da Maré



Fonte: NAVROSKI, (2019)

O Complexo da Maré tem sua dimensão maior que 90% dos municípios brasileiros. A sua história confunde-se muito com a da Avenida Brasil, uma das mais importantes da cidade do Rio de Janeiro, que foi inaugurada em 1946, onde os operários que trabalhavam na construção da nova via expressa, construíram suas residências ao longo das margens da via, o que transformou de maneira drástica uma comunidade de famílias sustentadas pela pesca na Baía de Guanabara (SILVA, 2017 *apud* SOUZA REIS, 2020).

Fisicamente, o relevo é predominantemente plano, que aliado ao grande adensamento populacional, dificultavam as ações da tropa, fazendo com que os integrantes das facções criminosas tivessem seu domínio facilitado. Por cima dos “prédios”, casas de quatro a cinco andares, os traficantes possuíam a visão de toda a área de operações, e com isso, se anteviam as ações da tropa (NAVROSKI, 2019).

A população no Complexo da Maré assimilou quase totalmente o termo pacificação da Maré. Com o poder paralelo consolidado pelas facções criminosas há mais de três décadas na região, eles estavam totalmente desamparados e acostumados com as “Leis da Maré”, sentindo-se desconfiados com a presença da tropa na região e em muitas vezes desgostosos com essa presença (NAVROSKI, 2019).

Os moradores das comunidades do Complexo da Maré eram obrigados a aceitarem e seguir os mandos e desmandos dos chefes do tráfico, sendo, por um logo período de tempo, reféns da violência e da opressão, marginalizados e privados de sua liberdade e direitos constitucionais. Tudo isso por conta do descaso e por políticas públicas ineficientes e desastrosas, que permitiram que várias gerações fossem afetadas pelas consequências do abandono estatal, deixando de viver o estado democrático de direito (NAVROSKI, 2019).

A disputa entre o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando (TC), os Amigos dos Amigos (ADA) e a milícia, faziam com que a população local sofresse, promovendo diversas violações e prejudicando a circulação nesta área da cidade. O governo do Estado teve a iniciativa de instalar na Maré Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em 2013 e a necessidade de diminuir os índices de criminalidade por causa da Copa do Mundo de Futebol de 2014, fizeram com que o Governador Sérgio Cabral solicitasse a intervenção das Forças Armadas (SILVA, 2017 *apud* SOUZA REIS, 2020).

A ocupação e atuação das Forças Armadas nas favelas da Maré ocorreu entre 5 de abril de 2014 e 30 de junho de 2015, comandada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, foi regulada por uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO), expedida pela Presidência da República. Tal medida concedeu poder de polícia às tropas em uma área de cerca de 10

km², o que autorizava os militares a fazerem patrulhamentos, revistas, vistorias e prisões em flagrante (SILVA,2017 *apud* SOUZA REIS, 2020).

Figura 2- Tropa em patrulhamento a pé



Fonte: (DEFESANET, 2015)

A Operação GLO em questão foi chamada de Operação São Francisco, e teve sua atuação nas seguintes comunidades: Praia de Ramos, Parque Roquete Pinto, Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Conjunto Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Vila dos Pinheiros, Conjunto Pinheiros, Conjunto Novo Pinheiro – Salsa & Merengue, Vila do João e Conjunto Esperança (BARROSO, 2019 *apud* SOUZA REIS, 2020).

A finalidade da operação era a preservação da ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio nas comunidades do Complexo da Maré, assim a paz social seria restabelecida. A missão incluiu atividades como patrulhamento ostensivo, revistas de veículos e pessoas, realização de prisões em flagrante, estabelecimento de postos de bloqueio e o cumprimento de diversos mandatos de busca e apreensão na área de operações (BRASIL, 2015).

As ações contaram com cerca de 3000 militares das Forças Armadas (FA), das mais diversas regiões do Brasil, e 212 policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, que atuaram em cooperação com as tropas federais, trabalhando 24 horas por dia e 7 dias por semana. Foram empregados diversas Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal (VBTP) como o M133, Guarani e o Urutu por parte do Exército, e SR 8x8 Piranha IIIC da Marinha. Também foram empregados na Operação: viaturas leve, motocicletas e aeronaves do Comando de Aviação do Exército, como o HA-1 Esquilo equipado com olho de águia e HM-Pantera (BRASIL, 2015).

A Operação teve muitos resultados positivos. Desde seu início, foram realizadas mais de 65.000 ações, 583 prisões, 228 apreensões de menores que cometeram atos infracionais e

1.234 apreensões de drogas, armas, munições, veículos, motos e materiais diversos. Destaca-se, também, a prisão importantes integrantes na estrutura do crime organizado, causando desestruturação organizacional nas facções e uma grande perda no lucro no comércio de drogas (BRASIL, 2015).

Cerca de 21 militares foram feridos em ações operacionais e houve a perda irreparável do Cabo Mikami que foi assassinado covardemente por integrante de facção criminosa. A morte do Cabo Michel Augusto Mikami ocorreu no dia 28 de novembro de 2014, enquanto fazia um patrulhamento no Complexo da Maré, Zona Norte do Rio, sendo esta a primeira morte de um militar das Forças Armadas desde o início da Operação. O governador Luiz Fernando Pezão, em nota, lamentou a morte do militar: "Minha solidariedade à família do militar, que perdeu a vida na defesa da paz. Vamos perseguir até o fim a pacificação na Maré e em outras comunidades do Rio. Nada nos fará recuar". A presidente da República Dilma Rousseff também expressou seu pesar por meio de uma nota. Em seu comunicado ressaltou que militar "morreu no cumprimento do dever, na missão de pacificação empreendida pelo Exército Brasileiro". "Quero expressar minha dor e minha solidariedade à família e aos amigos de Michel" (G1,2014 *apud* SOUZA REIS, 2020).

Figura 3 – Cb Michel Augusto Mikami



Fonte: (MIKAMI, 2014)

A Força de Pacificação salientou desde o início da Operação que a segurança é apenas um dos itens a serem perseguidos na restauração da paz social. O êxito da Operação São Francisco esteve na capacidade de restringir a liberdade de ação das facções criminosas, retirando delas a sensação de impunidade, reduzindo seu poder econômico e na contribuição para o resgate da confiança da população no processo de pacificação das comunidades do Rio de Janeiro (CAMPOS, 2016).

2.3 TREINAMENTO PARA AS OPERAÇÕES GLO

O emprego da Força Terrestre em Operações de Garantia da Lei e da Ordem é uma realidade nova, que tem se tornado comum dentro do EB. Essas operações exigem aos militares extrema preparação e adaptação. Mesmo sendo consideradas exceções às atividades de rotina no exército, tem se visto o contrário, devido a quantidade de vezes que estas operações tem sido desencadeadas pela força (MORAES, 2018).

Em Operações de Garantia da Lei e da Ordem a atuação da tropa se dá em áreas onde habitam muitas pessoas de bem. Com isso, é de extrema importância que haja um adestramento adequado para este tipo de operação, que consiste em instruções práticas de abordagem, revista de pessoal, algemamento, patrulhamento ostensivo, patrulhamento em área de risco, módulos de tiro, emprego de agentes menos letais, dentre outras instruções (NAVROSKI, 2019).

2.3.1 INSTRUÇÃO DE GLO PARA O EFETIVO VARIÁVEL

Tendo em vista essa necessidade de adestramento, o Exército Brasileiro prevê no seu Programa - Padrão de Instrução Básica, atividades sobre GLO. Tais instruções tem como objetivo principal o conhecimento das regras de engajamento por parte da tropa para esse tipo de operação (BRASIL, 2019 *apud* FREITAS, 2020).

Os militares recém ingressos nas fileiras do Exército têm seu ano dividido em duas grandes fases de instrução, que são subdivididas em períodos e subperíodos. No segundo semestre, após o período de Instrução Individual Básica (IIB), o militar passa pelo período de Qualificação de GLO (DOS SANTOS, 2020).

O objetivo principal do período de Qualificação, ou Instrução Individual de Qualificação (IIQ) do SIMEB (Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro), é capacitar o soldado a operar em ações de GLO, sendo um Objetivo parcial, o aprimoramento

dos reflexos necessários à execução das técnicas e táticas individuais de combate (BRASIL, 2012, p.3-2 *apud* ANANIAS, 2019).

O adestramento básico em GLO é realizado após o término do 1º subperíodo da IIQ, fazendo com que as instruções da CTTEP (Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional) sejam interrompidas para que as atividades sejam realizadas de maneira descentralizada, no nível pelotão (BRASIL, 2012, p.5-11 *apud* ANANIAS, 2019)

2.3.2 INSTRUÇÃO DE GLO PARA O EFETIVO PROFISSIONAL

O Efetivo Profissional é composto pelo grupamento dos quadros de oficiais, subtenentes, sargentos e pelos cabos e soldados do Núcleo - Base (NB) (BRASIL, 2012, p.4-2 *apud* ANANIAS, 2019).

O intuito dos Objetivos Instrução Individual de GLO, do Programa-Padrão da Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (PP-CTTEP), é atualizar os conhecimentos jurídicos, operacionais e de apoio as Operações de Garantia da Lei e da Ordem, de preferencia, relacionados à prováveis operações que a OM venha participar (BRASIL, 2017).

O PP-CTTEP prevê as seguintes atividades a serem desenvolvidas:

- 1) 24-01: Atualização jurídica em GLO: identificar os principais artigos, leis e decretos que respaldam o emprego das Forças Armadas em Operações de GLO;
- 2) 24-02: Planejar o emprego da OM em Op GLO em sua área;
- 3) 24-03: Conhecer a finalidade e a importância da Com Soc e das Op Psico nas Op GLO (BRASIL, 2017).

O Programa Padrão de Adestramento em GLO (PPA-GLO) é o documento que regula a instrução do efetivo profissional em seu período de instrução. É importante dizer que o PPA-GLO foi de caráter experimental para os anos de 2004 e 2005 (BRASIL, 2004 *apud* ANANIAS, 2019).

O PPA-GLO não se encontra disponível no site da Biblioteca do Exército e que mesmo não se encontrando mais em vigor, ainda é utilizado como referência para Unidades e Grandes Unidades no que tange ao preparo para Operações de Garantia da Lei e da Ordem (ANANIAS, 2019).

O PPA-GLO tange algumas observações que cabem ser salientadas sobre o adestramento da tropa para operações GLO:

- 1) Há necessidade que os aspectos legais sejam do conhecimento de todos os militares empregados em operações de GLO, em particular, dos comandantes em todos os níveis.
- 2) Deve ser considerado, quando dos planejamentos dos exercícios, que o emprego da tropa deve ser antecedido de ações de inteligência e que essas atividades continuarão a ocorrer durante e após o emprego.
- 3) Deve ser considerado, quando do preparo, que as Forças Adversas, sejam elas grupos de pressão, integrantes do crime organizado ou qualquer outro segmento radical de oposição, procuram usar a população desassistida como massa de manobra para a execução de suas ações ilícitas.
- 4) A F Ter deve ser, também, preparada para prestar apoio e assessorar os órgãos que possuem responsabilidade constitucional de preservação da ordem pública (Art 144 CF/88). Em consequência, é necessário buscar uma adequada integração com esses órgãos. (BRASIL, 2004).

No que tange ao preparo da tropa para OpGLO, o PPA-GLO salienta alguns pontos importantes, que serão mostrados a seguir:

- a) Em GLO, a tropa deverá alcançar, em um único Ano de Instrução, o nível de capacitação operacional de **EFICIÊNCIA OPERACIONAL** e, em consequência, o nível de adestramento deve atingir a **PREPARAÇÃO COMPLETA**.
EFICIÊNCIA OPERACIONAL é a capacidade de uma organização militar operacional cumprir, de maneira adequada, todas as missões de combate previstas em sua Base Doutrinária.
PREPARAÇÃO COMPLETA é o nível adequado de adestramento que confere à organização militar operacional condições de eficiência para cumprir todas as missões de combate fundamentais a sua natureza e escalão, configurando o desempenho coletivo indispensável para caracterizar a sua eficiência operacional.
 ...
- c) Deverá ser considerada, ainda, a preparação da tropa conforme as características do ambiente operacional em que será empregada.
- d) A imitação da realidade e participação da tropa são condições imprescindíveis para capacitar os agrupamentos de níveis unidade, subunidade e fração.
 ...
- g) A Reunião de Experiência Operacional é um meio de preservar e aperfeiçoar a capacidade da Força Terrestre para atuar em GLO.
 ...
- i) A Instrução Preliminar é parte integrante do Adestramento, deve-se explorar ao máximo os casos históricos.
- j) A difusão da experiência operacional adquirida deve ocorrer em forma de instrução no âmbito da OM, de relatórios para o escalão superior e de Lições aprendidas para alimentar o banco de dados do Sistema de Lições Aprendidas do COTER.
 ...
- m) A execução dos tiros de Combate regulados nas IGTAEx(IG 80-01), com suas respectivas adaptações para o emprego em GLO, incluindo o uso de munições não letais, deve ser conduzida durante a Instrução Preliminar do agrupamento ou, eventualmente, durante o próprio exercício de campanha programado. (BRASIL, 2004).

Existe em Campinas (SP), orgânico do 28º Batalhão de Infantaria Leve, o Centro de Instrução de Operações Urbanas (CIOU). Implantado no Batalhão em 29 de Novembro de 2006, pela portaria n° 210, do Estado-Maior do Exército, reconhecido como Instituto de

Educação Superior, de Extensão e de Pesquisa (IESEP), conforme a Portaria nº 1.718, do Comandante do Exército, de 13 de dezembro de 2017 (CONHEÇA,2018).

Ao Centro de Instrução cabe ministrar estágios voltados a capacitação de oficiais e praças da Força Terrestre, tendo sido responsável pela capacitação de de aproximadamente 1.000 militares ao ano em Operações de Garantia da Lei e da Ordem. O estágio, com 312 horas/aula, possui instruções de ética profissional militar, com ênfase em direitos humanos; gerenciamento de crise e negociação; controle de área; tecnologia não letal; combate em recinto confinado; e primeiros-socorros em combate (CONHEÇA, 2018).

Figura 4 – Militares durante o Estágio Geral de Operações de Garantia da Lei e da Ordem



Fonte: (CONHEÇA,2018)

Outro tipo de treinamento recebido é o de Inteligência Militar. Para qualquer operação militar ter sucesso, é fundamental a utilização dos militares como vetores de inteligência. Para isso, faz parte da preparação instruções de noções básicas de Inteligência, Ramos da Inteligência, Patrulhas de Reconhecimento, Observação, Memorização e Descrição, Gerenciamento de Crise e Confecção de Relatórios, tudo inserido no contexto das Operações de Garantia da Lei e da Ordem (FERREIRA,2014 *apud* FREITAS, 2020).

Nas instruções de Ramos da Inteligência, os elementos da fração tomam ciência de que todos são sensores ativos de inteligência, passando os dados e informes colhidos aos seus comandantes, para que ao final de cada missão, coloquem no relatório os Elementos Essenciais de Inteligência (EEI). Nas instruções de contrainteligência, o foco está na segurança da informação, principalmente em relação ao uso de celulares, para que não haja vazamento de informações sigilosas que comprometam a segurança da tropa. A patrulha de reconhecimento é uma das principais operações onde a tropa fornece para a célula de inteligência do Batalhão dados relativos ao terreno, APOP e outros informes. Essa

transmissão de informes chama-se *debriefing*, e era realizada todos os dias na Operação São Francisco no retorno das tropas para a base. Já a Observação, Memorização e Descrição (OMD), é de vital importância, pois nessas instruções são ensinadas como se deve ser a observação das ações durante um patrulhamento, técnicas de memorização rápida, para que posteriormente possa ser passada a descrição de pessoas, material ou ocorrência dos fatos nas missões para a célula de inteligência. No Complexo da Maré, foi utilizada para identificar os APOP (FERREIRA, 2014 *apud* FREITAS, 2020).

A tropa pode executar patrulhamento a pé ou com o emprego de viatura. O patrulhamento a pé se dá em zonas urbanas com alta concentração populacional, logradouros públicos e zonas de comércio, locais onde há predominância de pedestres e os veículos não podem transitar. O patrulhamento com viatura ocorre em áreas muito extensas, onde é inviável patrulhar a pé, tendo a finalidade de ampliar o patrulhamento a pé, como pronta resposta ao atendimento de ocorrências e como reforço ao patrulhamento a pé (BRASIL, 2018 *apud* FREITAS, 2020).

A preparação da tropa para a atuação em Operações de Garantia da Lei e da Ordem vai muito além dos adestramentos relacionados às Técnicas Táticas e Procedimentos (TTP's) militares padrão. Exige-se, também, conhecimento jurídico. Essa nova demanda faz-se necessária para adestrar a tropa a lidar com os envolvidos nos conflitos e com a população em geral (MORAES, 2018).

O conhecimento dos direitos individuais é de muita relevância para os militares que atuam em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, como também é de suma importância o conhecimento a respeito dos crimes militares, os estados de necessidades, regulação do poder de polícia, legítima defesa, exercício regular do direito e estrito cumprimento do dever legal (MONTENEGRO, 2012 *apud* PEREIRA, 2020).

Dentre as inúmeras instruções que de preparo recebidas pelo militar, existem sugestões para atingir objetivos intermediários, tais como: Conhecer a Legislação de emprego em GLO e conhecer as regras de engajamento definidas pelo Comando enquadrante (EB70-PP-11.012, 1ªEd. 2013, *apud* DOS SANTOS, 2020).

As regras de engajamento devem ser consolidadas em um documento, essencial para a operação. Tal documento deve ser de conhecimento de todos os integrantes da tropa envolvida na operação e sua finalidade maior é proporcionar o amparo jurídico para a tropa em suas ações (MORAES, 2018).

Um exemplo é a Organização das Nações Unidas (ONU) que cria regras de engajamento para todas as suas missões. Trata-se de um documento formal, que é elaborado

pelo *DPKO (Department of Peacekeeping Operations*, em inglês), sendo específico para cada uma das operações em curso (MORAES, 2018).

As regras de engajamento consistem em um conjunto de diretrizes que informa aos comandantes militares as circunstâncias e as limitações do uso da força, além de conter as orientações legais e as políticas aplicáveis na condução da missão. Por serem um conjunto de normas que devem ser taxativamente seguidas, caracterizam-se por limitarem a tropa. Possuem a finalidade básica de equilibrar a necessidade de uso da força durante a missão, evitando, assim, os abusos e/ou excessos nas atividades (MORAES, 2018).

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa será de caráter bibliográfico, pois sua fundamentação teórico-metodológica será na investigação do assunto abordado e na criação do conhecimento disponível em livros, manuais, artigos e sites abertos ao público em geral, como a Biblioteca Virtual do Exército. Será, também, documental, pois utilizará trabalhos acadêmicos com temas correlatos, relatórios de missões durante a Operação São Francisco e outros documentos disponíveis para consultas públicas ou cedidos por órgãos de defesa/segurança pública.

Será empregada uma pesquisa quantitativa e entrevistas, no universo dos militares que participaram da Operação São Francisco, praças e oficiais, afim de analisar o nível de preparação, no que tange a carga horária de instruções, tipos de instruções, a importância dessas instruções nas diversas situações que os militares tiveram que lidar durante a operação, e o emprego dos conteúdos e aprendizados.

3.2 MÉTODO

Como ponto de partida, será feita uma pesquisa bibliográfica na literatura, utilizando livros, artigos, manuais, caderno de instrução, trabalhos acadêmicos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), revistas, internet, com informações pertinentes ao assunto que está sendo abordado na pesquisa.

Após a pesquisa bibliográfica, será selecionado o material que será utilizado no trabalho, buscando atender de maneira precisa os objetivos da pesquisa.

Além da pesquisa bibliográfica, será feita uma pesquisa quantitativa, no universo dos militares que participaram em algum período da Operação São Francisco, tanto praças, como oficiais, visando obter qual foi o nível de preparação recebido pela tropa, se essa preparação foi adequada de acordo com o que prevê os programas de instrução, dando ênfase nas TTP's e no preparo legal da tropa, e também, como os militares empregaram os conhecimentos adquiridos, nas diversas situações que se apresentaram na operação.

Com a pesquisa bibliográfica, a quantitativa e a entrevista será possível cumprir os objetivos da pesquisa, analisando, de maneira teórica e prática, como foi a preparação e o emprego das frações (pelotão e subunidade) na Operação São Francisco, e ainda, analisar

qual foi o legado deixado por essa operação.

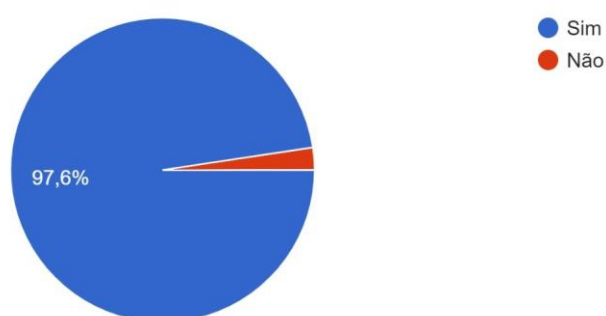
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do resultado do questionário elaborado, respondido dentro do universo dos militares que participaram da Operação São Francisco, tanto praças como oficiais, vamos analisar como foi o preparo da tropa para atuar na operação, discutindo sobre questões como instruções niveladoras, carga horária, meios disponíveis, as instruções realizadas, deficiências nas instruções e conhecimentos mais empregados na operação e os resultados da operação.

Gráfico 1- Instruções preparatórias/niveladoras para a Operação São Francisco

Por ocasião do acionamento para a Operação São Francisco, participou de instruções preparatórias/niveladoras em sua OM para atuar em operações GLO?

42 respostas



Fonte : Autor (2022).

Analisando o gráfico 1, observa-se que houve militar que não teve qualquer tipo de instrução prévia/niveladora para atuar na Operação São Francisco. Apesar de ser um resultado satisfatório, devido ao percentual de militares que tiveram tais instruções, nota-se que existem falhas na preparação da tropa, pois tendo em vista a complexidade da operação, que se deve a inúmeros fatores como a área de operações, as considerações civis, a força adversa e todas as outras características peculiares das Operações de Garantia da Lei e da Ordem, e por serem consideradas exceções às atividades de rotina do Exército, é de fundamental importância que se tenha uma preparação adequada, na qual deve-se explorar ao máximo casos históricos progressos e reunir Experiência Operacional .

Analisando o Gráfico 2, a seguir, percebe-se que 60,5% dos militares julgaram que a carga horária das instruções foi suficiente para um emprego adequado da tropa mostrando que uma grande parte das Organizações Militares executou um bom trabalho de preparação de

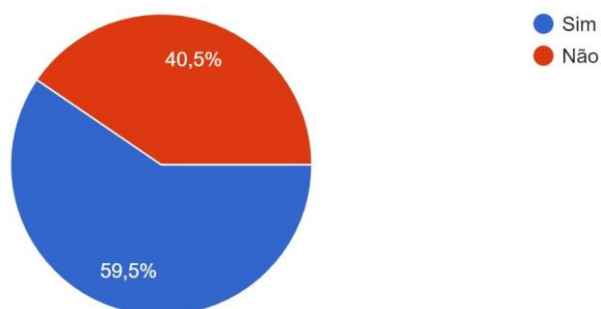
suas subunidades e pelotões. Entretanto, 39,5% é uma porcentagem expressiva de militares que julgaram que a carga horária das instruções foi defasada.

As instruções para Operações de Garantia da Lei e da Ordem são muito mais práticas do que teóricas. Uma boa carga horária faz com que a tropa atinja um nível de adestramento suficiente e diminui a chance de ocorrer condutas durante as situações de contingência que venham a surgir durante a operação. As Operações de Garantia da Lei e da Ordem não deixam margem para dúvidas do que fazer nos momentos críticos, pois se dispõe, às vezes, de segundos para se tomar uma decisão que poderá influenciar todo o grupo, ou pelotão no qual o militar está inserido.

Gráfico 2- Carga horária das instruções para a Operação São Francisco

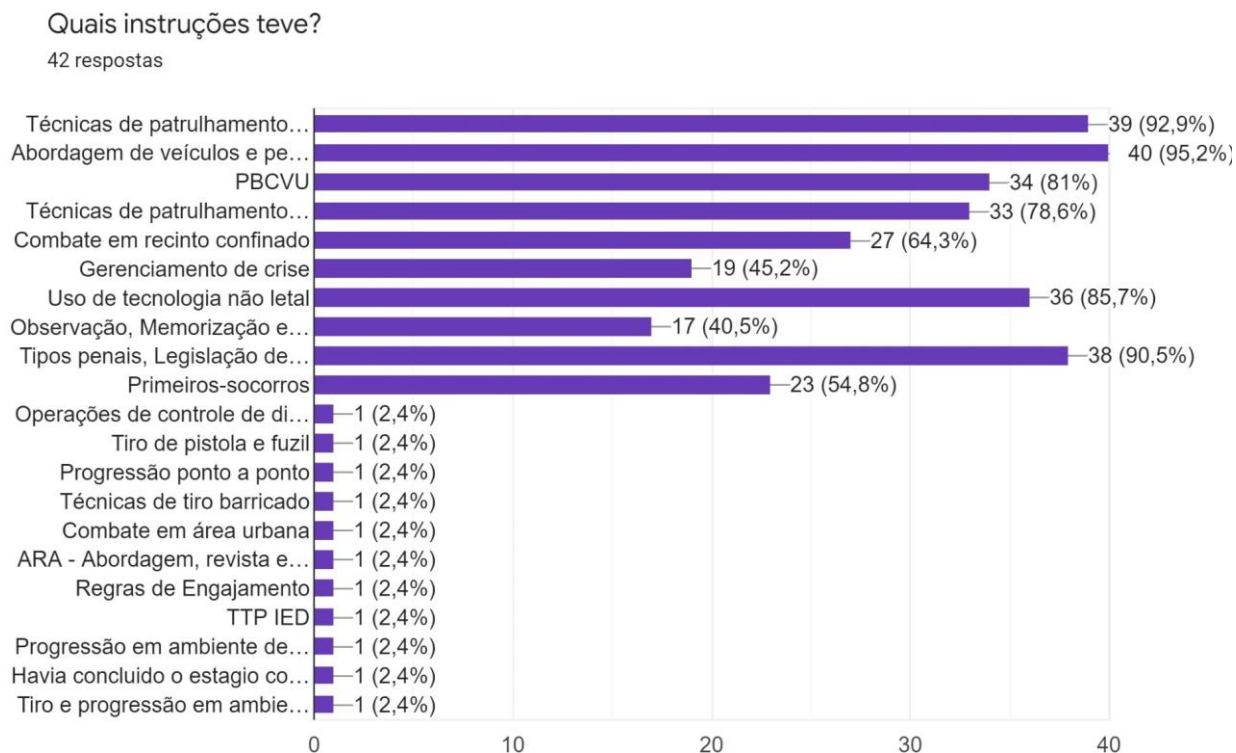
A carga horária das instruções foi suficiente para a atuação na operação?

42 respostas



Fonte: Autor (2022).

Dentre todas as instruções recebidas durante a preparação, as mais comumente praticadas foram as instruções de técnicas de patrulhamento a pé e motorizado, Abordagem de pessoas e veículos, PBCVU, uso de tecnologia não-letal, combate em recinto confinado e tipos penais e regras de engajamento, como se pode ver no gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3- Instruções desenvolvidas

Fonte: Autor (2022).

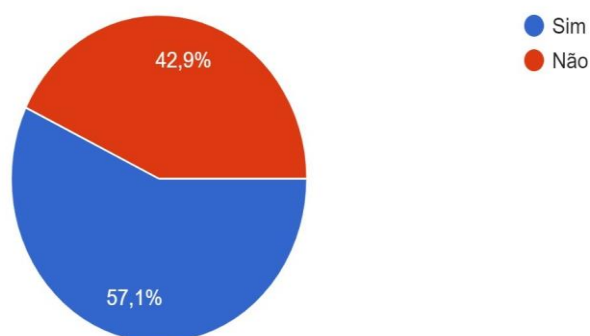
Tais dados mostram que as Organizações militares seguiram o adestramento previsto pela Força Terrestre para as suas frações e estão condizentes com os conhecimentos mais empregados pelos militares durante a operação. Quando questionados sobre qual conhecimento adquirido foi mais utilizado, patrulhamento (a pé e motorizado), PBCVU e Abordagem de veículos e pessoas foram os mais citados pelos militares que responderam o questionário. Isso mostra que o adestramento que é planejado pelo Exército Brasileiro é colocado em prática nas situações reais.

Entretanto, outras instruções como primeiros socorros e até mesmo legislação e regras de engajamento e patrulhamento a pé ou motorizado foram tidas como instruções que poderiam ter sido melhores desenvolvidas durante o período de adestramento para a operação. Essas deficiências podem estar ligadas a uma série de fatores, como, por exemplo, a carga horária da instrução e/ou, como se observa no gráfico 4, os meios disponíveis para a instrução.

Gráfico 4- Meios disponíveis para as instruções

Os meios disponíveis para as instruções foram suficientes?

42 respostas



Fonte: Autor (2022).

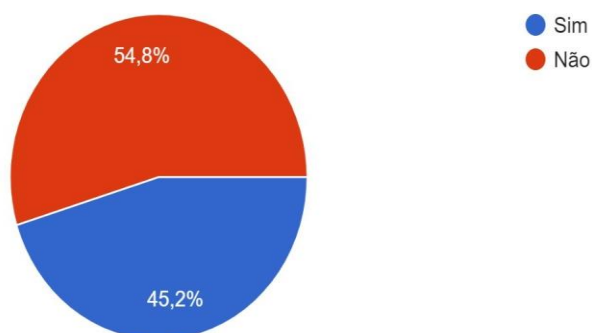
Os meios auxiliares de instrução são recursos que podem ser utilizados pelos instrutores na montagem e organização da instrução, aprimorando o processo ensino-aprendizagem. Observando o gráfico, 57,3% dos militares disseram que os meios disponíveis foram suficientes. Mesmo sendo um percentual acima de 50%, essa quantidade fica longe do que seria ideal, tendo em vista a importância dos meios auxiliares nas instruções para o adestramento em GLO, cujas atividades são iminentemente práticas, tendo o manuseio de armamentos diversos, equipamentos e viaturas. Em muitas situações, a falta de um contato prévio com um material pode gerar falhas em seu manejo, o que acarretará em riscos para a segurança durante a operação, causando acidentes por imprudência.

Ainda sobre a questão da carga horária e melhoria nas instruções, as instruções de tipos penais, legislação de emprego da tropa em Operações de Garantia da Lei e da Ordem e regras de engajamento foram defasadas, segundo os militares que participaram da operação. Cerca de 54,8% dos militares responderam que a carga horária não foi suficiente para capacitá-los a atuar na Operação São Francisco, como mostra o gráfico 5:

Gráfico 5- Carga horária de instruções de Legislação, Tipos penais e ROE

A carga horária de instruções de Legislação de emprego em GLO, Tipos penais, Regras de Engajamento foi suficiente?

42 respostas



Fonte: Autor (2022).

Esse dado é alarmante pois o conhecimento pleno e o entendimento das regras de engajamento é fundamental para a atuação precisa da tropa em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, aplicando as TTP desenvolvidas nas instruções de adestramento e sabendo o limite de atuação em situações críticas para não ocorrer falhas. Além disso, o conhecimento dos tipos penais e legislação que ampara o emprego da tropa fará com que o militar se respalde em suas ações, com plena noção de sua esfera de atribuições no contexto em que está inserido, mostrando a excelência das ações do Exército Brasileiro perante a sociedade, visto o amplo contato com a população civil durante as operações.

Durante o questionário foi disponibilizada uma questão em que o militar poderia relatar com um comentário as maiores dificuldades enfrentadas durante a operação. Muitos relataram ter dificuldades com questões relacionadas aos aspectos jurídicos e as regras de engajamento:

“regras de engajamento do momento, ficamos de cone toda a missão”

“regras de engajamento e aspectos jurídicos (prisão e detenção de APOP)”

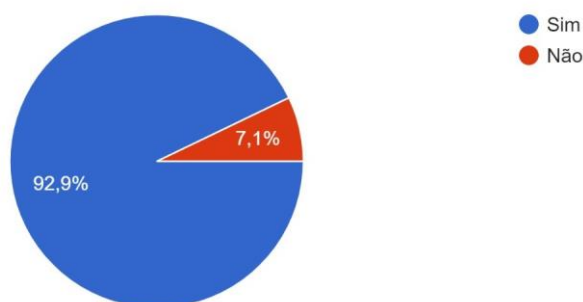
Tais dificuldades relatadas podem estar relacionadas com essa defasagem nas instruções, quando uma falta de compreensão clara das Regras de Engajamento da abertura para dúvidas que não poderiam existir na tropa durante situações críticas decisivas, como mostra a seguinte notícia da jornalista Paula Bianchi, do Portal UOL Notícias em 2015: “Em fevereiro, um homem passou cinco dias em coma e teve a perna amputada depois de ser atingido por tiros de fuzil disparados pelo Exército quando voltava para casa de carro de um jogo de futebol com outros quatro amigos”

Um aspecto muito positivo foi a quantidade de militares que já tinham tido instruções de GLO em sua OM que não fossem voltadas para a Operação São Francisco.

Gráfico 6 – Instruções prévias de emprego em GLO.

Já havia tido instruções de emprego em GLO em outras ocasiões durante o ano de instrução em sua OM que não fossem para a atuação na Operação São Francisco?

42 respostas



Fonte: AUTOR(2022).

Observando o gráfico 5, 92,9% dos militares disseram ter tido instruções de emprego em GLO em outras oportunidades, anteriores à preparação para a Operação São Francisco. Isso foi um grande ganho para o bom preparo da tropa e conseqüentemente, sua atuação na operação. Dentro dos 92,9%, 51% disseram não haver divergências nas instruções tidas anteriormente com as instruções preparatórias para a Operação São Francisco, fazendo com que as TTP's específicas para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem fossem novamente praticadas, consolidando o conhecimento individual de cada militar, bem como o adestramento de sua fração. Cabe ressaltar, ainda, que dentro desses 92,9%, alguns militares estavam inseridos em outras operações como da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e as operações de segurança para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, no Brasil, pouco antes de participarem da Operação São Francisco. A fração desses militares já possuía um grande nível de adestramento atuando nessas operações, devendo somente atentar para questões relacionadas as regras de engajamento, que diferem em cada operação.

A operação, de uma maneira geral, teve resultados extremamente positivos que podem ser relacionados com o bom preparo da tropa. Em todo o período de atuação, houve uma grande redução no tráfico de entorpecentes, perda do poder, território e impunidade por parte dos APOP, quebra na estrutura do tráfico devido a prisão de vários de seus líderes e uma

queda na taxa de homicídios, que foi de 21,24 pessoas mortas para cada 100 mil habitantes para 5,33 pessoas mortas para cada 100 mil habitantes ao ano, dados do Instituto de Segurança Pública (ISP).

Além disso, o legado deixado pela tropa abrange 20 ações sociais nas comunidades, somando cerca de 24 mil atendimentos e novas Regras de Engajamento a serem adotadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem pelas Forças Armadas (CAMPOS,2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem, consideradas atividades que fogem as atividades rotineiras do Exército Brasileiro, têm crescido de maneira significativa com o passar dos anos. Devido as suas características peculiares como caráter episódico, área de operações, a força adversa enfrentada pela tropa, o amplo contato com a população e, em alguns casos, o trabalho conjunto com agências, exige-se que se tenha uma preparação específica a fim de capacitar a tropa a atuar nesse contexto, preparação essa que vai das inúmeras TTP's ao conhecimento jurídico pleno por parte de cada militar.

A Operação São Francisco alcançou resultados expressivos durante os 14 meses de duração. Resultados esses que de maneira indireta refletiram o preparo e o emprego adequado da tropa durante a operação. Graças a ação da tropa, o Complexo da Maré se tornou uma região mais segura, com taxas de homicídios menores e com uma grande desarticulação do crime organizado, além do apoio prestado à população das comunidades. Existiram pontos que mereciam uma atenção maior durante o preparo, como é o caso do Tipos Penais e as Regras de Engajamento, que muitas vezes são a linha tênue entre uma ação exemplar e um fracasso da tropa, que não são exploradas e de maneira satisfatória durante a preparação.

A junção do crescente emprego da tropa em GLO com algumas deficiências na preparação, exploradas neste trabalho, mostram o quão importante é que os militares estejam em constante adestramento para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem. As frações, pelotão e subunidade, que estão na ponta da lança durante as ações devem estar prontas a todo momento, pois a tendência no cenário atual é de que cada vez mais aumente o emprego das tropas nesse teatro de operações, que vem sendo muito bem aceito dentro da Instituição.

REFERÊNCIAS

ANANIAS, Henrique César Benites. **Garantia da Lei e da Ordem ou Combate em Ambiente Urbano**: estudo de caso da preparação dos Batalhões de Infantaria Leve da Brigada Aeromóvel para emprego na Intervenção Federal no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019 Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5794/1/MO%206136%20-%20BENITES.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

BIANCHI, Paula. Ocupação do Exército na Maré teve mortes e militares encurralados; relembre. **UOL Notícias**, Rio de Janeiro, 20 mar. 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/03/20/ocupacao-do-exercito-na-mare-teve-cabo-morto-e-troteios-relembre.amp.htm>. Acesso em: 9 abr. 2022.

BRASIL, Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Ministério da Defesa. **MD33- M-10: Garantia da Lei e da Ordem**. 2ª ed. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 5 jul. 2021.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres: **EB70-MC-10.242: Operações de Garantia da Lei e da Ordem**. 1ª ed. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Programa-Padrão de Adestramento em Operações de Garantia da Lei e da Ordem**. Experimental. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Programa-Padrão de Instrução da Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional**. 2 ed. Brasília, DF, 2017d.

CAMPOS, Marcelo de Barros. Força de Pacificação – **Operação São Francisco: Políticas Integradas de Segurança Pública na Cidade do Rio de Janeiro – Complexo Da Maré –**

Forças Armadas Brasileiras, Brasil, Março-Abril 2016. Disponível em: https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20160430_art005POR.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

CONHEÇA O CENTRO DE INSTRUÇÃO DE OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM. 2018. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/conheca-o-centro-de-instrucao-de-operacoes-de-garantia-da-lei-e-da-ordem/8357041. Acesso em: 12 jul. 2021.

DefesaNet - Especial MOUT - Maré - FT Poti encerra suas atividades na Operação São Francisco acesso em 05/01/2022 15:36

DOS SANTOS, Felipe Soares. **O PREPARO LEGAL DA TROPA NO EMPREGO COMO FORÇA DE PACIFICAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/8775/1/Artigo%20Cientifico%20-%20Cap%20Dos%20Santos%20%28atual%29.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2021.

Exército Brasileiro. **NOTA EB - Força de Pacificação (F Pac) – Operação São Francisco**. Brasília, 2015. Disponível em: [https://www.defesanet.com.br/mout/noticia/18625/NOTA-EB---Forca-de-Pacificacao-\(F-Pac\)-%E2%80%93-Operacao-Sao-Francisco/](https://www.defesanet.com.br/mout/noticia/18625/NOTA-EB---Forca-de-Pacificacao-(F-Pac)-%E2%80%93-Operacao-Sao-Francisco/). Acesso em: 10 jul. 2021.

FREITAS, Diego Guimarães Santos de. **O EMPREGO DO PELOTÃO DE FUZILEIROS NAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/7965/1/TCC%20Guimar%C3%A3es.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2021.

MIKAMI – Honra e Coragem para vencer desafios – Defesa Aérea & Naval (defesaaereanaval.com.br) acesso em 04/01/2022 14:00

MORAES, Sidney Pedro Ferreira da Silva. **O EMPREGO DO EXÉRCITO NAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM: Uma Demanda Social**. Doutrina Militar Terrestre, p.51,53,54, julho a setembro 2018.

NAVROSKI, Raphael. **Liderança ao extremo**: as dificuldades foram feitas para serem vencidas. Editora Baraúna, v. 3, f. 78 2019. 155 p.

PEREIRA, Fernanda Motta Bini. **A PREPARAÇÃO INTELECTUAL DA TROPA EM ASPECTOS JURÍDICOS INERENTES ÀS OPERAÇÕES DE GLO**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Aplicações Complementares às Ciências Militares.) Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/7977/1/CAM_QCO_2020_Cap%20Fernanda%20Binni.pdf. Acesso em: 8 jul. 2021.

SOUZA REIS, Danilo Martins de. **A OPERAÇÃO DE PACIFICAÇÃO SÃO FRANCISCO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/7971/1/TCC%20SouzaReis.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2021.

APÊNDICE A

ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO

Os questionamentos abaixo visam, de uma maneira individualizada, analisar aspectos da preparação das frações que participaram da Operação São Francisco, respondidos pelo 2º Sgt David , à época Auxiliar da 2ª Seção do Esqd FPAC do 13º RCMec (Pirassununga-SP), atuando na operação de outubro a dezembro de 2014.

Cad Ricardo Júnior: Antes da Operação São Francisco, o Sr participou de alguma Operação de Garantia da Lei e da Ordem? Qual?

2º Sgt David: Sim, participei. Como a própria Brigada é GLO tem muito adestramento durante o ano e eu tive a oportunidade de participar de OpGLO durante o BRABAT 19 e na copa do mundo, pouco antes da Op São Francisco, todas em 2014.

Cad Ricardo Júnior: A OM em que servia dispunha dos meios e infraestrutura necessários para o adestramento e preparação para a Operação?

2º Sgt David: Sim, como o 13º RCMec sempre esteve envolvido nesse tipo de operação, existia uma estrutura próxima ao bosque para treinamento além de contar com vários militares experientes.

Cad Ricardo Júnior: Qual foi a maior dificuldade encontrada na preparação?

2º Sgt David: Acredito que a maior dificuldade tenha sido em montar uma SU inteira, no final do ano e com militares que já estavam há algum tempo trabalhando no rancho ou no PO e sem muito contato com o armamento e com as técnicas utilizadas.

Cad Ricardo Júnior: Qual foi a importância do conhecimento dos tipos penais e regras de engajamento para a Operação São Francisco?

2º Sgt David: O conhecimento nos proporciona segurança para agir de maneira correta e assumir as consequências e riscos.

Cad Ricardo Júnior: Quais lições/ aprendizados a Operação São Francisco agregou profissionalmente na vida militar do Sr?

2º Sgt David: Tive oportunidade de agregar conhecimento tanto em técnicas quanto em legislação, além da experiência e da responsabilidade e ainda conhecer particularidades da 2ª seção.

APÊNDICE B

ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO

Os questionamentos abaixo visam, de uma maneira individualizada, analisar aspectos da preparação das frações que participaram da Operação São Francisco, respondidos pelo Cap Técio, à época Cmt 3º Pel Fuz da Cia do 28º Batalhão de Caçadores (Aracaju-SE) do Batalhão Marechal Cantuária – 6º Contingente da Operação São Francisco. Batalhão Marechal Cantuária é o nome que se dá ao Batalhão formado pela união de frações das OM pertencentes a 6ª Região Militar (Salvador). Na Op São Francisco o Batalhão Marechal Cantuária era formado por 1 Cia do 28º BC, 1 Cia do 19º BC e 1 Cia do 35º BI + 2 GC (se não me engano) da 1ª Cia Inf (Paulo Afonso-BA).

Cad Ricardo Júnior: Antes da Op São Francisco, o Sr participou de alguma Op GLO? Qual?

Cap Técio: Sim. Em 2014 participei da Op Ilhéus no estado da Bahia nos meses de fevereiro, março e abril. Estava ocorrendo um conflito entre índios e agricultores pela posse das terras da região compreendida entre Ilhéus, Una e Buerarema, levando ao fechamento da BR, bem como a uma insegurança generalizada provocada pelas mortes que vinham ocorrendo na região. Nesse contexto o Batalhão Marechal Cantuária foi formado e integrando 1 Pel Fuz do 28º BC atuei em cerca de 60 dias de operação dentre os 90 dias aproximadamente que durou a GLO. Em 2014, paralelo a Op Ilhéus, ocorreu a greve da Polícia Militar da Bahia. Foi cerca de 1 semana de Op de GLO na cidade de Ilhéus – BA para garantir a segurança pública.

Cad Ricardo Júnior: A OM em que o Sr servia dispunha dos meios e infra-estrutura necessária a para o adestramento e preparação para a operação?

Cap Técio: A OM não possuía meios e nem infra-estrutura. Toda a preparação foi realizada utilizando-se de criatividade e adaptabilidade para qualificar o Pel para uma Op GLO, que mais se aproximou de Combate Urbano, guardada as devidas proporções e restrições. Conceitualmente Op GLO, porém na prática nem tanto.

Cad Ricardo Júnior: Qual foi a maior dificuldade encontrada durante a preparação?

Cap Técio: A maior dificuldade foi executar treinamentos específicos para as características da GLO que iríamos participar num cenário de curto espaço de tempo, com um Pel que foi formado para a Op e com restrições de meios. Não existia uma integridade tática anterior.

Cad Ricardo Júnior: Qual foi a importância do conhecimento dos tipos penais e regras de engajamento para a Operação São Francisco?

Cap Técio: Conhecer a legislação foi importante para visualizar o que poderia acontecer comigo após a tomada de alguma decisão e me orientar a estar seguindo as normas legais. Os traficantes se misturavam na população para atirar na tropa e a decisão de reagir em legítima defesa nesse caso, que foi uma constante, te coloca no limiar entre seguir a legislação/regra de engajamento e perder um militar do seu Pel ou reagir e assumir uma possível morte de um inocente pela decisão. Mais grave ainda era quando se utilizavam de crianças como escudo para suas ações criminosas, ficando mais uma vez a tropa no limiar da legalidade ao reagir a ataques covardes que objetivavam causar baixas. O sucesso para não ter ocorrido problemas foi devido ao bom adestramento de tiro do Pel, o uso de mira holográfica e a disciplina de atirar em alvos selecionados.

Cad Ricardo Júnior: Quais lições/ aprendizados a Operação São Francisco agregou profissionalmente na vida militar do Sr?

Cap Técio: Não há novidades no que vou pontuar, mas as lições/aprendizados que mais consolidei foram:

- a. a importância da 2ª seção passar informações para contribuir na melhor atuação do Pel, o que não ocorreu;
- b. a navegação do Pel é responsabilidade do Cmt Pel, sendo o Sgt um graduado que vai auxiliá-lo, enquanto ainda não se conhece o ambiente operacional e qual local cada rua leva, a ponto de se orientar somente pela lembrança da memória;
- c. a iniciativa das ações da fração nível esquadra é muito importante para o ambiente operacional aos moldes da Op São Francisco
- d. nem sempre a melhor decisão é fruto da mente do Cmt e do Sgt, as vezes a melhor idéia é do Sd e deve ser adotada.

